

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2023

PROCESSO Nº 057/2023

A Prefeitura Municipal de Cordisburgo/MG, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **08:30 horas do dia 04/09/2023**, **no portal eletrônico www.ammlicita.org.br** será realizada a sessão de licitação referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 020/2023, do tipo "**MENOR PREÇO**", modo de disputa **ABERTO**, que reger-se-á pelas Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar de nº 123/2006, pelo **Decreto Municipal n. 1.577/2022 e Decreto Municipal n. 1.667/2023**, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ELÉTRICOS** para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme Anexo I do presente certame.

1. 2. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema www.ammlicita.org.br e as constantes deste edital, prevalecerão as constantes deste edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

2.1.2. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

2.1.2.1. a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei de nº 5764/71, a Lei de nº 12.690/12, e a Lei Complementar de nº 130/09;

2.1.2.2. apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

2.1.2.3. qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

2.1.2.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei de nº 12.690/12, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão ter conhecimento acerca do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para a correta utilização do sistema.

2.3. Não poderão participar deste pregão os interessados que:

2.3.1. se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

2.3.2. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.3.3. sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

2.3.4. seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico; empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.5. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.5.1. A vedação do item anterior se estende para eventuais empresas subcontratadas.

2.3.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e

2.4. O licitante interessado deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

2.5. O licitante interessado poderá enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

2.6. O licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o valor total ofertado para cada item (resultado da multiplicação do valor unitário pela quantidade), já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

2.7. O licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do produto ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o edital".

2.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e que observa a proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob pena de inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em tópico específico deste edital.

2.9. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

2.10. Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

2.11. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

2.12. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

2.13. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

2.14. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

2.15. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

2.16. **Esta licitação é exclusiva** para empresas que estejam na condição de ME, MEI e EPP, conforme determina o inciso I do art. 48 da Lei Complementar 123/06.

2.17. Poderão participar da presente licitação toda e qualquer pessoa jurídica que atenda todas as exigências do presente Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos com a elaboração e apresentação da proposta.

3. DOS ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, enviada exclusivamente para o endereço eletrônico www.ammlicita.org.br.

3.2 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a mesma no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

3.3 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro.

3.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, se for o caso.

3.5. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública exclusivamente via internet, para o endereço eletrônico www.ammlicita.org.br.

3.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4. DO CADASTRO E CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante deverá se cadastrar como usuária perante o provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qual seja, www.ammlicita.org.br, sendo observado o seguinte:

- a) O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível;
- b) A chave de identificação e senha serão utilizadas em qualquer processo eletrônico;
- c) Deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- d) A senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do usuário, não cabendo ao provedor ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- e) Deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente de eventuais perdas diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Declarado encerrado o credenciamento pelo pregoeiro, não serão admitidos novos proponentes.

5. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1. Após a publicação do edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- a) A etapa de que trata o **item 4** será encerrada com a abertura da sessão pública.
- b) O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto nos **itens 6 e 7**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- c) O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- d) Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- e) Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto nos **itens 6 e 7**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de negociação das propostas de que trata o **Capítulo IX do Decreto Municipal nº1.577/2022**.
- f) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público somente após o encerramento do envio de lances.
- g) Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, de que trata o **§ 2º do art. 36 do Decreto Municipal n. 1.577/2022**.
- h) Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- l) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto ao certame.

6. DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1. São requisitos da proposta de preço:

- a) ser apresentada em língua portuguesa, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo preferencialmente, conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone e dados bancários.
- b) conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado;
- c) ser elaborada, preferencialmente, nos moldes do **Anexo III** deste edital;
- d) conter o prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data-limite.
- e) conter prazo de entrega de no máximo de 1 dia útil a contar do recebimento da requisição;
- f) conter prazo de validade dos alimentos no mínimo 03 (três) meses.
- g) O licitante deverá apresentar obrigatoriamente a MARCA dos produtos ofertados em sua proposta sob pena de desclassificação.

6.2. No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

6.3. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame, também serão desclassificadas mediante decisão fundamentada do pregoeiro.

6.4. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7– DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
 - b.1) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.
 - b.2) O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores, ainda não consolidadas.
- c) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.
- c) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, referente ao domicílio da empresa.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.3 – Quanto à REGULARIDADE TÉCNICA, apresentará:

7.3.1. Atestado Técnico de Capacidade emitido por pessoa jurídica de direito

público ou privado que comprove o fornecimento de produto compatível com o objeto deste Pregão.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

7.4.1 Certidão de Falência emitida por órgão competente com data de emissão de até 3 (três) meses da data de abertura da sessão, quando ausente indicação expressa de prazo de validade na certidão.

7.4.1.1 No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente da certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

7.5. Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal **(Anexo IV)**;

7.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;

7.7. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. As empresas participantes que não apresentarem a documentação exigida, apresentarem incompleta ou incorreta, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

7.8.1- Demais documentos inseridos na plataforma www.ammlicita.org.br que não estão descritos nas cláusulas 7.1 a 7.7, não serão considerados para os fins formais.

7.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.9. O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

7.10. As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no chat do sistema www.ammlicita.org.br.

7.11. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles

exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados,

mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual, a sessão será suspensa.

7.12. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de chave de acesso e senha.

- a) Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de chave de acesso e senha.
- b) O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

9. CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

9.1.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas.

9.2. O Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.3. Na sucessão de lances a diferença de valores não poderá ser inferior a **0,10 (dez) centavos**.

10. MODOS DE DISPUTA

10.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de disputa:

I. Aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;

10.2 – O modo de disputa aberto obedece ao disposto no artigo 29, inciso I do Decreto Municipal n. 1.577/2022, sendo discriminado abaixo.

11 MODO DE DISPUTA ABERTO

11.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.1.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nos últimos dois minutos do

período de duração da sessão pública.

11.1.2 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 11.1 e 11.1.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.1.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do item 11.1.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.2. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será assegurado o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.

11.3. O pregoeiro solicitará **ao licitante melhor classificado** que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados salvo se o provedor do sistema efetivar a readequação automática.

11.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12. LANCES INTERMEDIÁRIOS

12.1 Serão considerados lances intermediários:

12.1.1. iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;

12.1.2. iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

13. DESCONEXÃO DO SISTEMA DURANTE A ETAPA DE LANCES

13.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação do instrumento convocatório.

14. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

14.1. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as LICITANTES manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

14.2. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor a LICITANTE que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e que **OFERTAR O MENOR PREÇO**

POR ITEM.

14.3. Será desclassificada a proposta que não atender às exigências deste edital;

14.4. Da sessão pública do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

14.5. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Pregoeiro.

14.6. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

15. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

15.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

15.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.1.2. Os licitantes terão **02 horas** contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 15.1, salvo se o provedor do sistema efetivar a readequação automática.

16. JULGAMENTO DA PROPOSTA

16.1. Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 15.1, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 7º do art. 24 do **Decreto nº Municipal n. 1.577/2022**, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

16.1.1. Para fins de verificação da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, será concedido o prazo de 03 (três) horas para que o participante vincule ao sistema eletrônico a documentação indicada no item 7 deste instrumento convocatório, considerando as disposições do inciso II, do art. 63 da Lei Federal 14.133/21.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

17.1. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado, somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

17.2. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não

importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

17.3 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

17.4. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

17.5. Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

17.6. As ME, MEI e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

17.6.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será **assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública.

17.6.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao pregoeiro.

17.6.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.

17.6.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.5. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão eletrônico; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.

17.6. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado, e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

17.7. O pregoeiro negociará diretamente com o proponente, para obtenção de melhor preço.

18. DA ADJUDICAÇÃO

18.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a LICITANTE será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

18.2. Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que poderá negociar com o proponente, para que seja obtido o melhor preço.

18.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, oportunidade às licitantes para que manifestem imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sob pena de decadência do

direito por parte da licitante.

18.4. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestar-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente.

18.5. É franqueada aos interessados, vista aos autos do processo, nos dias úteis, no horário das 09:00 às 12:00 horas, no endereço rua São José, 977, centro, Cordisburgo/MG.

19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

19.2. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

19.3. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

19.4. Tendo a licitante manifestado, motivadamente, a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, na sessão pública do pregão eletrônico, terá ela o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso.

19.5. As demais licitantes, já intimadas na sessão pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, em secretária.

19.6. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas ao pregoeiro, por meio eletrônico, no provedor do sistema www.ammlicita.org.br ou e-mail licitacao@cordisburgo.mg.gov.br.

19.7. O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

19.8. A falta de apresentação de razões, mencionadas no subitem 19.5, importará a decadência do direito de recurso, culminando com a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

19.9. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.10. A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação no **Diário Oficial do Município**.

19.11. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 3 (três) dias úteis pela Administração.

19. 11. 1. Não sendo decidido o recurso, no prazo previsto do item 19.11., o recorrente encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, no endereço eletrônico correspondente ou através do pregoeiro, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas

20- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Homologado o resultado da licitação, a Secretaria, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

20.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

20.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a Administração optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

20.4. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

20.5. A Administração monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

20.6. A Administração convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

20.7. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

20.8. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

20.9. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

20.10. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para determinado Item.

20.11. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a Administração poderá convocar os demais fornecedores classificados ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

20.12. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial.

20.13. O órgão convocará o interessado para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços:

- a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou
- b) assinar o contrato.

20.14. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

20.15. Será permitido o registro de mais de um fornecedor desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

21 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

21.1 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no art. 85 da Lei 14.133/21.

21.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

21.3 – QUALQUER ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SER PREVIAMENTE COMUNICADA AO MUNICÍPIO DE CORDISBURGO/MG.

a) realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

21.4. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto do edital.

22. DO RECEBIMENTO

22.1. Os produtos deverão ser entregues nos endereços descritos nas Autorizações de Fornecimento para análise do Fiscal de Contrato.

22.2. Concluída a entrega dos produtos, o recebimento do mesmo dar-se-á, através de vistoria conjunta realizada pela adjudicatária e pela Comissão de Recebimento.

22.3. A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve ser emitida pela empresa participante do certame, em nome da Prefeitura Municipal de Cordisburgo e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

23. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

23.1. Os itens objeto do presente edital serão fornecidos pelo preço constante na proposta da licitante vencedora.

23.2. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, imediatamente após a data do recebimento dos materiais.

23.3. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à beneficiária/detentora da ata de registro de preços manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

23.4. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade;

23.5. O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento dos produtos, de modo a constituírem a única e total contraprestação;

23.6. O Município poderá sustar o pagamento a que a detentora da Ata tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes do fornecimento dos produtos.

24. DAS PENALIDADES

24. 1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e art.4º e seguintes do Decreto de n. 1.665/2023, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação

exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;

XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XX – manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto;

XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

XXV - deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do

cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

24.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem

superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 24.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 24.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 24.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 24.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
- b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

24.3. Na aplicação das sanções será observado Decreto Municipal n. 1.665/2023.

25. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas adequações orçamentárias nº:

SECRETARIAS	ELEMENTOS
SAÚDE	02.06.010-10.301.0433.2079-3.3.90.30.00 02.06.010-10.302.0615.2153-3.3.90.30.00
ASSISTÊNCIA	02.07.020-08.122.0021.2097-3.3.90.30.00 02.07.020-08.244.0300.2116-3.3.90.30.00 02.07.020-08.244.0300.2113-3.3.90.30.00
ADMINISTRAÇÃO	02.04.010-04.122.0021.2021-3.3.90.30.00
EDUCAÇÃO	02.05.020-12.361.0188.2050-3.3.90.30.00
OBRAS	02.08.010-15.452.0021.2120-3.3.90.30.00 02.08.010-15.452.0328.2161-3.3.90.30.00

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Homologada a licitação o adjudicatário receberá Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

26.2. Caso o adjudicatário não forneça o objeto do certame de acordo com a sua proposta ou se recuse a entregá-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para fornecimento.

26.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos materiais, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

26.4. Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em entregar os materiais, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

26.5. Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de

classificação nesta licitação.

26.6. Constituem motivos para rescisão da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pelo art. 137 da Lei 14.133/21.

26.7. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições previstas na ata, os acréscimos e supressões que se fizerem nas quantidades no material objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme estabelecido no **art. 125 da Lei 14.133/21 e no § 8º do artigo 5º do Decreto Municipal n. 1.667/23.**

26.8. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após decorrido prazo para impugnação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

26.9. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

26.10. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do preço ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

26.11. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

26.12. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

26.13. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.14. A(s) adequações(ões) orçamentária(s) específica(s) para acobertar a(s) despesa(s) deste **Pregão estão descritas na cláusula 25.1**, não estando a(s) mesma(s) vinculada(s) a(s) despesa(s), antes da assinatura da Ata ou ordem de fornecimento, por se tratar de registro de preços.

26.15. O resultado que sobrevier ao procedimento licitatório será publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.413/2005.

26.16. Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, nos horários de 09:00 às 12:00 horas no endereço descrito no timbre ou através do site www.ammlicita.org.br, ou pelo e-mail licitacao@cordisburgo.mg.gov.br.

26.17. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro na Prefeitura Municipal, no endereço citado anteriormente ou por e-mail, até 05 (cinco) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (31) 3715-1387.

26.18. Fazem parte integrante deste Edital:

- **Anexo I**- Termo de Referência;
- **Anexo II**- Modelo de credenciamento;
- **Anexo III**- Planilha de Apresentação de Propostas;
- **Anexo IV**- Modelo de Declaração que não emprega menor;
- **Anexo V**- Modelo de Ata de Registro de preços;
- **Anexo VI**- Minuta de contrato de fornecimento;
- **Anexo VII**- Modelo de Declaração de Integralidade dos custos;
- **Anexo VIII**- Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com deficiência e para a reabilitação da previdência social;
- **Anexo IX**- Modelo de Declaração de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP.

Cordisburgo, aos 17 de agosto de 2023.

Vivian Liboreiro da Silva Araújo
Pregoeira

ANEXO I AO PROCESSO 057/2023, PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
020/2023
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.
01	LAMPADA LED 15W 6500K BIVOLT BASE E27 LÂMPADA LED DA LUMIERE TEM 15 WATTS DE POTÊNCIA, CAPACIDADE BIVOLT E 6500 KELVINS DE LUZ FRIA BRANCA, A PEDIDA IDEAL PARA A ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES QUE EXIJAM ALTO GRAU DE CONCENTRAÇÃO E AMBIENTES QUE NECESSITEM RESSALTAR A HIGIENE, COMO CLÍNICAS, HOSPITAIS, DROGARIAS E AMBIENTES DO SETOR INDUSTRIAL.	UNITÁRIO	500
02	TOMADA REDONDA 2P+T 20 AMPERES PARA CONDULETE 3/4	UNITÁRIO	100
03	LÂMPADA TUBULAR T8 LED 18W 120CM LÂMPADA TUBULAR T8 LED 18W 120CM	UNITÁRIO	300
04	LÂMPADA TUBULAR T8 LED 9W 60CM 6400K LÂMPADA TUBULAR T8 LED 9W 60CM 6400K	UNITÁRIO	100
05	LUMINÁRIA LED LINEA 36W 120CM LUZ BRANCO FRIO BIVOLT LUMINÁRIA LED LINEA 36W 120CM LUZ BRANCO FRIO BIVOLT.	UNITÁRIO	200
06	LUMINARIA CÔNICA PARA POSTE DE PRAÇA 2 POLEGADAS LUMINARIA CÔNICA PARA POSTE DE PRAÇA 2 POLEGADAS	UNITÁRIO	100
07	PADRÃO TRIFASICO 7 METROS COM DISJUNTOR TRIPOLAR 100 AMPERES PADRÃO TRIFASICO 7 METROS COM DISJUNTOR TRIPOLAR 100 AMPERES.	UNITÁRIO	03
08	CAIXA DE LUZ EMBUTIR 2X4 CAIXA DE LUZ EMBUTIR 2X 4	UNITÁRIO	500
09	PORTA LÂMPADA PORCELANA E27 PORTA LÂMPADA PORCELANA E27	UNITÁRIO	200
10	SOQUETE E27 SOQUETE COM RABICHO SOQUETE E27 SOQUETE COM RABICHO	UNITÁRIO	300

11	LAMPADA VAPOR METALICO 400W LAMPADA VAPOR METALICO 400W	UNITÁRIO	50
12	REATOR PARA LÂMPADA A VAPOR MERCÚRIO 400W 220V REATOR PARA LÂMPADA A VAPOR MERCÚRIO 400W 220V	UNITÁRIO	30
13	REFLETOR EM ALUMÍNIO 400W E-40 REFLETOR EM ALUMÍNIO 400W E-40	UNITÁRIO	50
14	SOQUETE PARA LÂMPADA TUBULAR T8 SOQUETE PARA LÂMPADA TUBULAR T8	UNITÁRIO	300
15	ABRAÇADEIRA PARA LAMPADA TUBULAR T8 ABRAÇADEIRA PARA LAMPADA TUBULAR T8	UNITÁRIO	300
16	INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA 10A 4X2 COM SISTEMA X INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA 10A 4X2 COM SISTEMA X	UNITÁRIO	200
17	INTERRUPTOR SIMPLES 2 TECLA 10A 4X2 COM SISTEMA X INTERRUPTOR SIMPLES 2 TECLA 10A 4X2 COM SISTEMA X	UNITÁRIO	100
18	CANALETAS ELETRICAS PISO P1 25X 12 MM CANALETAS ELETRICAS PISO P1 25X 12 MM	UNITÁRIO	100
19	TOMADAS R45 REDE SISTEMA X LINHA SOBREPOR TOMADAS R45 REDE SISTEMA X LINHA SOBREPOR	UNITÁRIO	200
20	TOMADAS RJ11 TELEFONE SISTEMA X LINHA SOBREPOR TOMADAS R11 TELEFONE SISTEMA X LINHA SOBREPOR	UNITÁRIO	200
21	BARRA PARAFUSO ROSQUEADA 1/4 X 3 MTS BARRA PARAFUSO ROSQUEADA 1/4 X 3 MTS	UNITÁRIO	100
22	PLUG TOMADA FÊMEA 3 PINOS 10 A PLUG TOMADA FÊMEA 3 PINOS 10 A	UNITÁRIO	200
23	ABRAÇADEIRA NYLON 2 5X100MM ABRAÇADEIRA NYLON 2 5X100MM	UNITÁRIO	400
24	ABRAÇADEIRA NYLON 4,8 X 400MM ABRAÇADEIRA NYLON 4,8 X 400MM	UNITÁRIO	400
25	GRAMPO MIGUELÃO AÇO FIXA-FIO CABOCOAXIAL 6 MM GRAMPO MIGUELÃO AÇO FIXA-FIO CABO COAXIAL 6 MM	UNITÁRIO	1000

26	TERMINAL OLHAL 2,6 A 6,00 MM TERMINAL OLHAL 2,5 A 6,00 M	UNITÁRIO	200
27	TERMINAIS TUBULAR 2,5 A 6,00 MM TERMINAIS TUBULAR 2,5 A 6,00 MM	UNITÁRIO	200
28	CONECTOR DE DERIVAÇÃO CUNHA TIPO IV AZUL CONECTOR DE DERIVAÇÃO CUNHA TIPO IV AZUL	UNITÁRIO	100
29	CONECTOR ELETRICO DERIVAÇÃO EMENDA FIOS 0,75A 6,00MM CONECTOR ELETRICO DERIVAÇÃO EMENDA FIOS 0,75A 6,00MM	UNITÁRIO	300
30	DISJUNTOR BIPOLAR DIN 16 A DISJUNTOR BIPOLAR DIN 16 A	UNITÁRIO	20
31	DISJUNTOR BIPOLAR DIN 32 A DISJUNTOR BIPOLAR DIN 32 A	UNITÁRIO	20
32	DISJUNTOR BIPOLAR DIN PADRAO CEMIG 63 A DISJUNTOR BIPOLAR DIN PADRAO CEMIG 63 A	UNITÁRIO	10
33	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 50 A DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 50 A	UNITÁRIO	10
34	REGUA FILTRO DE LINHA 8 TOMADAS BIVOLT COM FUSIVEL REGUA FILTRO DE LINHA 8 TOMADAS BIVOLT COM FUSIVEL.	UNITÁRIO	50
35	INTERFONE PORTEIRO ELETRÔNICO COM ACIONAMENTO DE FCHADURA 12V INTERFONE PORTEIRO ELETRÔNICO COM ACIONAMENTO DE FCHADURA 12V	UNITÁRIO	05
36	ALICATE UNIVERSAL 8 COM ISOLAMENTO 1000V ALICATE UNIVERSAL 8 COM ISOLAMENTO 1000V	UNITÁRIO	05
37	FERRO DE SOLDA 100W 127 V FERRO DE SOLDA 120W 127 V	UNITÁRIO	03
38	MULTIMETRO DIGITAL MODELO DT 9205A	UNITÁRIO	01
39	CINTO PARAQUEDISTA ABDOMINAL 4 PONTOS COM TALABARTE DE POSICIONAMENTO POSSUI CINCO FIVELAS DUPLAS SEM PINO EM AÇO PARA REGULAGEM DE TAMANHO E FECHAMENTO. TAMANHO MÉDIO (CINTURA >70>95CM – PERNA>50>65CM), CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIÉSTER OU POLIAMIDA. A PARTE ABDOMINAL POSSUIR DUAS ARGOLAS EM AÇO PARA POSICIONAMENTO DE TRABALHO, LOCALIZADAS NAS LATERAIS.	UNITÁRIO	02

40	CONECTOR DE REDE RJ45 CONECTOR PARA CABOS UTP / REDE DO TIPO RJ45, PADRÃO RPHS COMPLIANT, COMPATIBILIDADE COM CABOS SOLIDOS E FLEXIVEIS. FABRICADO EM MATERIAL TRANSPARENTE. PARA CABOS TIPO CAT.5E.	UNITÁRIO	1000
41	CABO QUADRUPLIX 35 MM CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLIX 35MM ² - 0,6/1KV MEDIDA: 4 CABOS DE 35MM ² CADA (3 FASES ISOLADAS + 1 NEUTRO NU) COR: 3 PRETOS + 1 ALUMÍNIO; TENSÃO MÁXIMA: 1KV; TEMPERATURA MÁXIMA: 90°; COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO 1350 / PVC.	UNITÁRIO	300
42	ELETRODUTO GALVANIZADO 3/4 RÍGIDOS DE AÇO, COM UMA LUVA EM BARRAS DE TRÊS METROS E PROTETOR DE ROSCA; - ACABAMENTO GALVANIZADO ELETROLÍTICO OU PRÉ-ZINCADO;INDICADO PARA AMBIENTES INTERNOS, 3 METROS .	UNITÁRIO	200
43	CONDULETE ALUMÍNIO MÚLTIPLO 3/4 ABRIGADA: UTILIZA-SE EM ÁREA COBERTA APARENTE. TIPO X5 FUROS BITOLA: 20 MM - 3/4POL. DIMENSÕES: 93,0 X 51,0 X 41,0SEM TAMPA E TAMPÃO.	UNITÁRIO	400
44	LUVA DE EMENDA FLEXOR EM ALUMINIO SEM ROSCA 3/ 4 LUVA DE EMENDA EM ALUMÍNIO SEM ROSCA (UNIDUT RETO) E ACABAMENTO SEM PINTURA. POSSUIR ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E A CORROSÃO. ACOMPANHA PARAFUSOS PARA INSTALAÇÃO NO ELETRODUTO. LUVA DE EMENDA SEM ROSCA 3/4	UNITÁRIO	400
45	CONECTOR CONDULETE MÚLTIPLO 3/4 PRODUZIDO EM ALUMÍNIO, POSSUIR ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E A CORROSÃO. DEVE ACOMPANHAR PARAFUSO.	UNITÁRIO	800
46	TAMPÃO PARA CONDULETE MULTIPLO 3/4 O TAMPÃO É FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA QUALIDADE E FOI PROJETADO PARA SER USADO EM CONDULETES MÚLTIPLOS E NAS CAIXAS DE PISOS.	UNITÁRIO	1000
47	ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO DE TOMADAS EM ALUMINIO 110 V ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO DE TOMADAS EM ALUMÍNIO 110V RESISTENTE E DURÁVEL COM VERSO AUTOADESIVO COM MARCAÇÃO DE 110V PRETA.	UNITÁRIO	500
48	TAMPA TOMADA REDONDA PARA CONDULETE 3/4 TAMPA PARA CONDULETE 3/4" PARA 1 TOMADA REDONDA,EM ALUMÍNIO 1 POSTO REDONDO PARA	UNITÁRIO	500

	CONDULETE 3/4". FABRICADA EM ALUMÍNIO DE ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E A CORROSÃO, ACABAMENTO SEM PINTURA. FORNECIDA COM VEDAÇÃO E 2 PARAFUSOS. DIMENSÕES (MM): 93 X 51 X 3		
49	TAMPA PARA CONDULETE 3/4" PARA 2 TOMADAS TAMPA PARA CONDULETE 3/4" PARA 2 POSTOS SEPARADOS MATERIAL: ALUMÍNIO ACABAMENTO: SEM PINTURA USO: CONDULETE DE 3/4" QUANTIDADE DE POSTOS: 2 SEPARADOS DIMENSÕES: (C X L X A): 93 MM X 51 MM X 5 MM	UNITÁRIO	500
50	TAMPA CEGA PARA ELETRODUTO 3/4 ALUMINIO PRODUZIDO EM ALUMÍNIO, ACABAMENTO COM PINTURA, POSSUI ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E A CORROSÃO, ACOMPANHAM PARAFUSOS.	UNITÁRIO	100
51	ABRAÇADEIRA TIPO D COM PARAFUSO 3/4" ABRAÇADEIRA TIPO D COM PARAFUSO FABRICADA EM AÇO CARBONO COM ACABAMENTO ZINCADO.	UNITÁRIO	800
52	KIT PARAFUSO E BUCHA COM ANEL 8MM	UNITÁRIO	2000
53	LÂMPADA LED E27 40W BULBO BRANCO FRIO 6500K ALTA POTENCIA ECONÔMICA LÂMPADA LED E27 40W BULBO, CORPO PLÁSTICO, COR BRANCO FRIO, TENSÃO DE TRABALHO: AC 85-240V (BIVOLT). POTÊNCIA: 40W VIDA ÚTIL: 50.000 HORAS BASE: E27.	UNITÁRIO	300
54	PLAFONIER COM BOCAL PORCELANA E27 100W BRANCO MODELO PLAFONIER COM BOCAL DE PORCELANA PARA 1 LÂMPADA COR BRANCA INSTALAÇÃO SOBREPOR BASE E27 TENSÃO 250V POTÊNCIA 100W. MATERIAL: PLÁSTICO.	UNITÁRIO	200
55	GLOBO DE POLIETILENO LEITOSO 15X30 GLOBO DE PLÁSTICO POLIETILENO ESFÉRICO COM COLARINHO 15X30. DIAMETRO: 30 CM LARGURA DA BOCA: 15 CM MATERIAL: POLIETILENO.	UNITÁRIO	100
56	CONECTOR PERFURANTE 35 A 120 MM CONECTOR PERFURANTE 35 A 120 MM	UNITÁRIO	100
57	BASE COM ENCAIXE DE 15 CM P/ GLOBO EM POSTE DE 2 POLEGADAS BASE DE ALUMÍNIO PARA ENCAIXE EM TUBO DE POSTE DE 2" POLEGADAS. ACOMPANHA SOQUETE E27.	UNITÁRIO	50
58	PADRÃO BIFASICO 7 METROS COM DISJUNTOR BIPOLAR 63 AMPERES	UNITÁRIO	06

	PADRÃO BIFASICO 7 METROS COM DISJUNTOR BIPOLAR 63 AMPERES		
59	CONDUITE ESPIRALADO HIPERFLEX 3/4 25 METROS O CONDUÍTE FLEXÍVEL ESPIRALADO É FABRICADO NA COR PRETA E EMBORRACHADO, DE SEÇÃO CIRCULAR, COM CORRUGAÇÃO ESPIRALADA, EXCELENTE RAIOS DE CURVATURA, IMPERMEÁVEL, DESTINADO À PROTEÇÃO DE CABOS SUBTERRÂNEOS DE ENERGIA OU DE TELECOMUNICAÇÃO. MATERIAL: PVC ANTICHAMA EMBORRACHADO. ELEVADA RESISTÊNCIA QUÍMICA E CONTRA A CORROSÃO.	ROLO 25 METROS	50
60	CONDUITE CORRUGADO 3/4 AMARELO 50 METROS ELETRODUTO FLEXIVEL NÃO METALICO TIPO: CONDUITE CORRUGADO MATERIAL:PVC COR: AMARELO. COMPRIMENTO: 50M INFORMACOES ADICIONAIS: ANTI-CHAMA.	ROLO 50M	50
61	CAIXA DE LUZ EMBUTIR 4X4 FABRICADA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO COM SAÍDAS DE 1/2 E 3/4.	UNITÁRIO	200
62	GLOBO ESFERICO LEITOSO 15X28 (VIDRO) GLOBO ESFERICO15X28 LEITOSO BRANCO GRANDE BOCAL DE 15 CM DIMENSÃO DO VIDRO LARGURA E ALTURA 28CM.	UNITÁRIO	50
63	REFLETOR LED HOLOFOTE 200W IP66 BIVOLT FORTE REFLETOR LED HOLOFOTE 200W IP66 BRANCO FRIO BIVOLT DESCRIÇÃO-MODELO: IP66-ENTRADA: AC110-240V 50/60HZ-POTÊNCIA: 200W LÚMEN: 20000 LM COR: BRANCO FRIO. MAIOR EFICIÊNCIA LUMINOSA COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA.-MAIOR DURABILIDADE E BAIXA EMISSÃO DE CALOR.	UNITÁRIO	100
64	REFLETOR LED HOLOFOTE 50W IP66 BIVOLT FORTE REFLETOR LED HOLOFOTE 50W SLIM BRANCO FRIO BIVOLT RESISTENTE A ÁGUA MATERIAL: ALUMÍNIO E VIDRO; VIDA ÚTIL ESTIMADA DE ATÉ 25.000 HORAS; LUMINOSIDADE: 4000 LÚMENS; PROTEÇÃO: IP66 – POTÊNCIA: 50W;TEMPERATURA DE COR: 6500K.	UNITÁRIO	100
65	REFLETOR LED HOLOFOTE 30W IP66 BIVOLT FORTE REFLETOR LED HOLOFOTE 30W SLIM BRANCO FRIO BIVOLT RESISTENTE A ÁGUA. POTÊNCIA: 30W - TEMPERATURA DE COR: BRANCO FRIO - TEMP. COR: 6500K; MATERIAL: ALUMÍNIO E VIDRO; VIDA ÚTIL NOMINAL : 25.000 HORAS - LUMINOSIDADE: APROXIMADAMENTE 2400 LÚMENS; PROTEÇÃO: IP66.	UNITÁRIO	100
66	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO 400W REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO 400W	UNITÁRIO	50
67	LÂMPADAS MÉRCURIO 400W E40 LÂMPADAS MÉRCURIO 400W E40	UNITÁRIO	100

68	CABO FLEXÍVEL 1X10MM CONDUTOR EM COBRE, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4; ISOLAÇÃO COMPOSTO EM TERMOPLÁSTICO À BASE DE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC 70°C) ANTI-CHAMAS TENSÃO: 750V.	METRO	1000
69	CABO FLEXÍVEL 1X6,0MM CABO FLEXÍVEL 750V 6,00MM, FIOS DE COBRE ELETROLÉTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO À BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C.	METRO	1000
70	CABO FLEXÍVEL 1X 4MM CONDUTOR EM COBRE, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 ISOLAÇÃO COMPOSTO EM TERMOPLÁSTICO À BASAE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC 70°C) ANTI-CHAMAS. TENSÃO: 750V SESSÃO NOMINAL: 4MM NÃO PROPAGA CHAMAS.	METRO	1000
71	CABO FLEXÍVEL 1X 2,5MM CABO FLEXÍVEL 750V 2,5MM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO À BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C. CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V.	METRO	1000
72	CABO FLEXÍVEL 1X 1,5MM CABO ELETRICO COBRE 1 X 1,5MM : FIOS DE COBRE, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC), PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750V, NÃO PROPAGA CHAMAS, ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA TEMPERATURA MÁXIMA DE 70C°.	METRO	1000
73	CABO TRIPLEX X 16MM CABOS DE POTÊNCIA MULTIPLEXADOS AUTOSSUSTENTADOS COM ISOLAÇÃO SÓLIDA EXTRUDADA DE POLIETILENO TERMOPLÁSTICO OU TERMOFIXO (XLPE) PARA TENSÕES ATÉ 0,6/1 KV. RESISTÊNCIA À TRAÇÃO: 105-120 MPA TEMPERATURA MÁXIMA EM REGIME PERMANENTE: 70°C TEMPERATURA MÁXIMA EM SOBRECARGA: 90°C	METRO	500
74	CABO FLEXIVEL PP 3X 10MM CABO PP 3 X 10MM PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 500 V, FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 5 (FLEXÍVEL), AS VEIAS SÃO ISOLADAS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC).	METRO	200
75	CABO FLEXIVEL PP 4X2,5MM CABO PP 4X2,5MM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO,	METRO	200

	SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO DAS VEIAS À BASE DE PVC, SEM CHUMBO ANTI-CHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C E PARA COBERTURA EXTERNA PVC.		
76	CABO FLEXIVEL PP 2X 4,00MM O CABO FIO PP 2 X 4,0 MM 550 V POSSUI GRANDE FLEXIBILIDADE E EXCELENTE RESISTÊNCIA A SUA MOVIMENTAÇÃO. CONTÉM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5 DE ENCORDOAMENTO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO A BASE DE CLORETO DE POLIVINILA PVC, 70°C ANTICHAMA.	METRO	300
77	CABO FLEXIVEL PP 2X 2,5 MM CABO PP 2 X 2,5 MM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5 DE ENCORDOAMENTO (EXTRAFLEXÍVEL). ISOLADO EM: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO PVC; CLASSE TÉRMICA 70°C; TENSÃO DE ISOLAÇÃO: 300/500 V.	METRO	500
78	CABO FLEXIVEL PP 2X 1,5 MM CABO PP FLEXÍVEL 2 X 1,5MM. FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5 DE ENCORDOAMENTO (EXTRAFLEXÍVEL).ISOLADO EM: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC). CLASSE TÉRMICA: 70°C.	METRO	500
79	CABO ALTA TEMPERATURA SILICONE FIBRA 1,5 MM CABO PARA ALTA TEMPERATURA / HÍBRIDO FIBRA SILICONADO COM DIÂMETRO DE 1,5 MM;TEMPERATURA 400 GRAUS FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO ESTANHADO + AÇO INOX. ISOLAÇÃO: BORRACHA DE SILICONE RETICULADA PARA 400°C.	METRO	100
80	RÉGUA DE TOMADA PARA RACK 19 REGUA DE TOMADAS PARA RACK PADRÃO 19 COM FUSÍVEL DE PROTEÇÃO ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS BIVOLT TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO/POTÊNCIA: 127V/1270W E 220V/2200W COMPRIMENTO TOTAL DO CABO – 1,5 METROS 1POSSUI 12 TOMADAS TRIPOLARES CORRENTE MÁXIMA – 10 TENSÃO MÁXIMA - 250V	UNITÁRIO	20
81	TOMADAS DUPLAS 2P+T 10 A SISTEMA X TOMADA SISTEMA X 2 TOMADAS 2P+T 10 A; MATERIAL: PLÁSTICO ISOLANTE COM CONTATOS DE METAL; TENSÃO: 250V; AMPERAGEM: 10A.	UNITÁRIO	200
82	CONJUNTO TOMADAS 2P+ T 10 A 4X2 CONJUNTO 4X2 TOMADA 2P+T CORRENTE DE 10A TENSÃO DE 250V, PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO	UNITÁRIO	200

	BRANCO; ACOMPANHA PARAFUSOS.		
83	CONJUNTO TOMADAS 2P+ T 20A 4X2 CONJUNTO 4X2 TOMADA 2P+T CORRENTE DE 20 A, TENSÃO DE 250V, PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO ACOMPANHA PARAFUSOS.	UNITÁRIO	100
84	CONJUNTO TOMADAS DUPLAS 2P+ T 10A 4X2 CONJUNTO 4X2 COM 2 TOMADAS 2P+T 10 A, 250 V. PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO.	UNITÁRIO	300
85	TOMADA COM 1 INTERRUPTOR E TOMADA 2P+ 10A 4X2 COM PLACA PLACA COM INTERRUPTOR SIMPLES;TOMADA 10A/250V; 2 POLOS + TERRA. COMPOSIÇÃO: MATERIAL PLÁSTICO ISOLANTE E LIGAS METÁLICAS.	UNITÁRIO	300
86	TOMADA COM 2 INTERRUPTORES E TOMADA 2P+ 10A 4X2 CONJUNTO COM DOIS INTERRUPTORES 10A, MAIS UMA TOMADA 2P+T 10 A. TENSÃO MÁXIMA: 250V. TOMADA 2 POLOS + TERRA. PLACA 4X2. MATERIAL: TERMOPLÁSTICO. COR: BRANCO.	UNITÁRIO	200
87	INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA 10A 4X2 COM PLACA CONJUNTO 4X2 COM 1 INTERRUPTOR SIMPLES, 10 A 250 V. TIPO: INTERRUPTOR SIMPLES; CORRENTE: 10A / 250V, PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO.	UNITÁRIO	200
88	INTERRUPTOR SIMPLES 2 TECLA 10A 4X2 COM PLACA CONJUNTO 4X2 COM 2 INTERRUPTOR SIMPLES 10 A 250 V TIPO: INTERRUPTOR DUPLO SIMPLES CORRENTE: 10A / 250V, PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO.	UNITÁRIO	100
89	INTERRUPTOR SIMPLES 3 TECLA 10A 4X2 COM PLACA CONJUNTO COM 3 INTERRUPTORES SIMPLES DE 10 AMPERES APLICÁVEL EM REDES DE ATÉ 250 VOLTS E PLACA 4X2. PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO.	UNITÁRIO	100
90	CANALETAS COMUM COM FITA 2 X 200 CM BRANCA CANALETA COM FITA DUPLA FACE 2CM X 1CM X 200CM EM PVC BRANCO.		300
91	TOMADAS INDUSTRIAL 113 SOBREPOR 2P= T 16A TOMADA INDUSTRIAL NAO METALICA TIPO: SOBREPOR; MATERIAL: POLIAMIDA; TIPO CONTATOS: FEMEA; NUMERO POLOS: 2 POLOS + TERRA; CORRENTE NOMINAL: 16 A; TENSÃO NOMINAL: 220/240 V; POSICAO PINO TERRA: 6H.	UNITÁRIO	100
92	PLUG MACHO INDUSTRIAL 113 2 P= T 16 A PLUG ENERGIA INDUSTRIAL; CONEXAO: MACHO MATERIAL: COMPOSTO TERMOPLASTICO; NUMERO POLOS: 2 POLOS + TERRA; CORRENTE NOMINAL: 16A TENSÃO NOMINAL: 200-240V.	UNITÁRIO	200

93	PLUG FÊMEA INDUSTRIAL 113 2 P= T 16 A PLUG ENERGIA INDUSTRIAL TIPO: MOVEL (ACOPLAMENTO) CONEXAO: FEMEA; MATERIAL: TERMOPLASTICO; NUMERO POLOS: 2 POLOS+TERRA; CORRENTE NOMINAL: 16 A; TENSAO NOMINAL: 200-240V; POSICAO PINO TERRA : 6H.	UNITÁRIO	100
94	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 19MMX 10 MTS FITA ELÉTRICA DE ALTA TENSÃO ANTI-CHAMA, E APRESENTA CLASSE DE TEMPERATURA DE 90° C. COMPOSIÇÃO: FITA A BASE DE BORRACHA DE ETILENO PROPILENO (ERP) FORMULADA PARA AUTOFU-SÃO NO MOMENTO DA APLICAÇÃO COR: PRETA.	UNITÁRIO	100
95	FITA ISOLANTE 19 MMX 20 MTS FITA ISOLANTE PVC ANTICHAMAS COM ADESIVO SENSÍVEL À PRESSÃO. USO GERAL EM CABOS E FIOS ELÉTRICOS ATÉ 750V COR: PRETA; LARGURA: 19MM ESPESSURA: 0,13MM COMPRIMENTO DO ROLO: 20M; PRODUTO DE PVC AUTO-EXTINGUÍVEL À CHAMAS.	UNITÁRIO	100
96	FITA ISOLANTE AMARELA 18 MM X 10 MTS A FITA ISOLANTE, TENDO COMO MATÉRIA PRIMA O PVC COM ADESIVO SENSÍVEL À PRESSÃO E COM EXCELENTES PROPRIEDADES DE ISOLAMENTO ELÉTRICO, SUPORTANDO O CALOR. ADEQUADA PARA A PROTEÇÃO DE EMENDAS DE CABOS E TERMINAÇÕES DE BAIXA TENSÃO E ISOLAMENTO DE LIGAÇÕES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS EM GERAL. COR: AMARELO RESISTE A RAIOS UV, TENSÃO DE ATÉ 750V E TEMPERATURAS ATÉ 90°C.LARGURA: 18 MM COMPRIMENTO: 10M.	UNITÁRIO	20
97	FITA ISOLANTE VERMELHA 18 MM X 10 MTS FITA ISOLANTE DE PVC COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA; FITA ANTICHAMA COM A CAPACIDADE DE SUPORTAR ATÉ 750V E 90 GRAUS CELSIUS. COR DA FITA ISOLANTE: VERMELHO; LARGURA: 18 MM COMPRIMENTO: 10M.	UNITÁRIO	20
98	FITA ISOLANTE BRANCA 18 MM X 10 MTS FITA ISOLANTE TENDO COMO MATÉRIA-PRIMA PVC COM ADESIVO SENSÍVEL À PRESSÃO E COM EXCELENTES PROPRIEDADES DE ISOLAMENTO ELÉTRICO, SUPORTANDO O CALOR; COR: BRANCA; APLICAÇÃO: ATE 750 V; 90 GRAUS CELSIUS LARGURA: 18 MM COMPRIMENTO: 10M.	UNITÁRIO	20
99	FITA ISOLANTE AZUL 18 MM X 10 MTS FITA ISOLANTE TENDO COMO MATÉRIA-PRIMA PVC, COM ADESIVO SENSÍVEL À PRESSÃO E COM EXCELENTES PROPRIEDADES DE ISOLAMENTO	UNITÁRIO	20

	ELÉTRICO, SUPORTANDO O CALOR. COR: AZUL APLICAÇÃO: ATE 750 V / 90 GRAUS CELSIUS;LARGURA: 18 MM; COMPRIMENTO: 10M.		
100	FITA ISOLANTE VERDE 18 MM X 10 MTS FITA ISOLANTE TENDO COMO MATÉRIA-PRIMA PVC, COM ADESIVO SENSÍVEL À PRESSÃO E COM EXCELENTES PROPRIEDADES DE ISOLAMENTO ELÉTRICO, SUPORTANDO O CALOR. COR: VERDE APLICAÇÃO: ATE 750 V, 90 GRAUS CELSIUS LARGURA: 18 MM COMPRIMENTO: 10M.	UNITÁRIO	20
101	PARAFUSO LENTILHA TRAVA COM PORCA E ARRUELA 1/4 X 1/2 PARAFUSO LENTILHA TRAVA, DIÂMETRO X COMPRIMENTO: 1/4X 1/2. MATERIAL: AÇO CARBONO. ACABAMENTO: ZINCADO BRANCO ACOMPANHA PORCA E ARRUELA ZINCADA.	UNITÁRIO	1000
102	CABO CCI 3 PARES 0,50 MM CABO CCI 3 PARES 0.50MM; CONDUTOR: COBRE ESTANHADO; ISOLAÇÃO: POLIETILENO; COBERTURA:COMPOSTO TERMOPLÁSTICO À BASE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC70°C) ANTICHAMA; BITOLA:0,50MM; NÚMERO DE PARES: 3	METRO	200
103	CABO COAXIAL 4 MM BIPOLAR 80% COBRE CABO COAXIAL 4MM; CONDUTORES DE ALIMENTAÇÃO: COBRE NU, 26AWG, ISOLAÇÃO NÚCLEO: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, BLINDAGEM DA MALHA: COBRE NU, 80% DE COBERTURA, ISOLAÇÃO ALIMENTAÇÃO: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COBERTURA: COMPOSTO PVC 70°C.	METRO	200
104	PLUG TOMADA MACHO 3 PINOS 10 A PLUG TOMADA MACHO 3 PINOS 10 A	UNITÁRIO	200
105	ABRAÇADEIRA NYLON 2,5X200MM ABRAÇADEIRA NYLON 2,5 X200MM	UNITÁRIO	400
106	CONECTOR TORÇÃO EMENDA PARA FIOS CABO 1,5 A 6,0 MM CONECTOR TORÇÃO PARA EMENDA DE FIO 1,5MM A 6,0 MM. SUPORTA ATÉ 105°C DE CALOR, TENSÃO NOMINAL 750V.	UNITÁRIO	300
107	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 20 A DISJUNTOR DIN UNIPOLAR 20 A QUANTIDADE DE POLOS: 1 TENSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO: 415V; CORRENTES NOMINAIS: 32-63-100 A; AMPERE: 20; FREQUÊNCIA: 50/60HZ.	UNITÁRIO	20
108	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN PADRÃO CEMIG 40 A DISJUNTOR UNIPOLAR DIN PADRÃO CEMIG 40 A	UNITÁRIO	20
109	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN PADRAO CEMIG 100 A	UNITÁRIO	10

	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN PADRAO CEMIG 100 A		
110	ESCADA DE FIBRA EXTECÍVEL 6,60 METROS FECHADA X 12,00 METROS ABERTA ESCADA DE FIBRA DE VIDRO 30 DEGRAUS 6,60 X 12,00M FAIXAS DE SEGURANÇA NAS LATERAIS EM AMARELO E PRETO, DANDO PARA A ESCADA MAIOR SEGURANÇA NO MANUSEIO. CATRACAS E MOITÕES PARA LANÇAMENTOS E RECUO AUTOMÁTICOS.SAPATAS DE BORRACHA E ANTIDERRAPANTE. CINTAS DE APOIO PARA POSTE. ARROELAS DE REFORÇO ESTRUTURAL EM TODOS OS DEGRAUS. ALTURA MÍNIMA: 6,60 METROS. ALTURA MÁXIMA ESTENDIDA: 12,00 METROS. OS DEGRAUS DAS ESCADAS SÃO FABRICADOS EM ALUMÍNIO COM ESPESSURA E FORMATOS DESENVOLVIDOS PARA PROPORCIONAR ALTA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, FORMATO EM D PARA MAIOR CONFORTO AO USUARIO.	UNITÁRIO	01
111	PADRAO MONOFASICO 7 MM COM DISJUNTOR MONOPOLAR DE 40 AMPERES A FAVOR PADRAO MONOFASICO 7 MM COM DISJUNTOR MONOPOLAR DE 40 AMPERES A FAVOR.	UNITÁRIO	06
112	PADRAO MONOFASICO 7 MM COM DISJUNTOR MONOPOLAR DE 40 AMPERES CONTRA PADRAO MONOFASICO 7 MM COM DISJUNTOR MONOPOLAR DE 40 AMPERES CONTRA.	UNITÁRIO	06
113	CURVA LONGA DE 1 1/4" COM 90 GRAUS DE FERRO CURVA LONGA EM FERRO PARA CORRIMÃO DIAMETRO DE 1 1/4 MATERIAL REFORÇADO.	UNITÁRIO	200
114	PARAFUSO PHILLIPS AUTO BROCANTE 4,2 X 32 PARAFUSO AUTO BROCANTE PHILIPS, MATERIAL: AÇO MÉDIO CARBONO, ACABAMENTO: ZINCADO BRANCO, DIÂMETRO X COMPRIMENTO: 4.2MM X 32MM.	UNITÁRIO	500
115	CORDÃO PARALELO 2X 2,5 MM CORDÃO PARALELO 2 X 2,5 MM	UNITÁRIO	300
116	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 70 A DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 70 A	UNITÁRIO	20
117	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 25 A DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 25 A	UNITÁRIO	10

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos materiais elétricos é necessária para manutenção dos prédios públicos, praças e jardins do município de Cordisburgo; haja vista, que os prédios públicos demandam manutenção constantes para estarem em perfeitas condições de funcionamento e o fornecimento deste material elétrico é uma das necessidades para que os mesmos estejam em condições de uso sem causar transtornos nas atividades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A aquisição, conforme quantidades e descrições nos itens 1 a 117, é para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Administração e Fazenda; Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Transporte e Estradas; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Turismo, Ecologia, Meio Ambiente e Agricultura e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, através da aquisição de materiais elétricos para evitar as despesas de última hora.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme Documento de Formalização de Demanda, além dos requisitos constantes neste termo de referência:

4.1.1. Em razão do valor, as empresas participantes deverão ser microempresas, MEI ou empresas de pequeno porte, sendo uma licitação exclusiva.

4.1.2. O prazo para entrega dos materiais é de 07 (sete) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento;

4.1.3. A entrega dos itens no local indicado pela contratante é de responsabilidade da contratada, devendo a mesma possuir pessoal habilitado para descarregamento do material, quando necessário;

4.1.4. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ã)o apresentar toda a documentação necessária à habilitação.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens a serem adquiridos na presente licitação enquadram-se na definição de MATERIAIS DE CONSUMO caracterizados como comuns, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

6.1 O orçamento estimado da contratação será divulgado após o julgamento das propostas de preços, visando estimular a competitividade e viabilizar a negociação de maneira mais natural, em consonância com o interesse público.

Nesse sentido já se manifestou o TCU:

“No caso, a Administração não divulgou a planilha e contratou com preços inferiores

em 50% a esta". (Fonte: TCU. Processo nº 500.117/96-9. Decisão nº 097/1997- Plenário)"
(grifo nosso)

7 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas adequações orçamentárias nº:

SECRETARIAS	ELEMENTOS
SAÚDE	02.06.010-10.301.0433.2079-3.3.90.30.00 02.06.010-10.302.0615.2153-3.3.90.30.00
ASSISTÊNCIA	02.07.020-08.122.0021.2097-3.3.90.30.00 02.07.020-08.244.0300.2116-3.3.90.30.00 02.07.020-08.244.0300.2113-3.3.90.30.00
ADMINISTRAÇÃO	02.04.010-04.122.0021.2021-3.3.90.30.00
EDUCAÇÃO	02.05.020-12.361.0188.2050-3.3.90.30.00
OBRAS	02.08.010-15.452.0021.2120-3.3.90.30.00 02.08.010-15.452.0328.2161-3.3.90.30.00

ANEXO II
AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de _____, na modalidade Pregão Eletrônico, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº, bem como formular propostas, dar lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar contratos.

....., de de

Assinatura do Dirigente da Empresa
(reconhecer firma como pessoa jurídica)

QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:

1. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
2. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.
3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.
4. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.
5. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

ANEXO III

AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	LAMPADA LED 15W 6500K BIVOLT BASE E27 LÂMPADA LED DA LUMIERE TEM 15 WATTS DE POTÊNCIA, CAPACIDADE BIVOLT E 6500 KELVINS DE LUZ FRIA BRANCA, A PEDIDA IDEAL PARA A ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES QUE EXIJAM ALTO GRAU DE CONCENTRAÇÃO E AMBIENTES QUE NECESSITEM RESSALTAR A HIGIENE, COMO CLÍNICAS, HOSPITAIS, DROGARIAS E AMBIENTES DO SETOR INDUSTRIAL.	UNITÁRIO		500		
02	TOMADA REDONDA 2P+T 20 AMPERES PARA CONDULETE 3/4	UNITÁRIO		100		
03	LÂMPADA TUBULAR T8 LED 18W 120CM LÂMPADA TUBULAR T8 LED 18W 120CM	UNITÁRIO		300		
04	LÂMPADA TUBULAR T8 LED 9W 60CM 6400K LÂMPADA TUBULAR T8 LED 9W 60CM 6400K	UNITÁRIO		100		
05	LUMINÁRIA LED LINEA 36W 120CM LUZ BRANCO FRIO BIVOLT LUMINÁRIA LED LINEA 36W 120CM LUZ BRANCO FRIO BIVOLT.	UNITÁRIO		200		
06	LUMINARIA CÔNICA PARA POSTE DE PRAÇA 2 POLEGADAS	UNITÁRIO		100		

	LUMINARIA CÔNICA PARA POSTE DE PRAÇA 2 POLEGADAS					
07	PADRÃO TRIFASICO 7 METROS COM DISJUNTOR TRIPOLAR 100 AMPERES PADRÃO TRIFASICO 7 METROS COM DISJUNTOR TRIPOLAR 100 AMPERES.	UNITÁRIO		03		
08	CAIXA DE LUZ EMBUTIR 2X4 CAIXA DE LUZ EMBUTIR 2X 4	UNITÁRIO		500		
09	PORTA LÂMPADA PORCELANA E27 PORTA LÂMPADA PORCELANA E27	UNITÁRIO		200		
10	SOQUETE E27 SOQUETE COM RABICHO SOQUETE E27 SOQUETE COM RABICHO	UNITÁRIO		300		
11	LAMPADA VAPOR METALICO 400W LAMPADA VAPOR METALICO 400W	UNITÁRIO		50		
12	REATOR PARA LÂMPADA A VAPOR MERCÚRIO 400W 220V REATOR PARA LÂMPADA A VAPOR MERCÚRIO 400W 220V	UNITÁRIO		30		
13	REFLETOR EM ALUMÍNIO 400W E-40 REFLETOR EM ALUMÍNIO 400W E-40	UNITÁRIO		50		
14	SOQUETE PARA LÂMPADA TUBULAR T8 SOQUETE PARA LÂMPADA TUBULAR T8	UNITÁRIO		300		
15	ABRAÇADEIRA PARA			300		

	LAMPADA TUBULAR T8 ABRAÇADEIRA PARA LAMPADA TUBULAR T8	UNITÁRIO O				
16	INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA 10A 4X2 COM SISTEMA X INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA 10A 4X2 COM SISTEMA X	UNITÁRIO O		200		
17	INTERRUPTOR SIMPLES 2 TECLA 10A 4X2 COM SISTEMA X INTERRUPTOR SIMPLES 2 TECLA 10A 4X2 COM SISTEMA X	UNITÁRIO O		100		
18	CANALETAS ELETRICAS PISO P1 25X 12 MM CANALETAS ELETRICAS PISO P1 25X 12 MM	UNITÁRIO O		100		
19	TOMADAS R45 REDE SISTEMA X LINHA SOBREPOR TOMADAS R45 REDE SISTEMA X LINHA SOBREPOR	UNITÁRIO O		200		
20	TOMADAS RJ11 TELEFONE SISTEMA X LINHA SOBREPOR TOMADAS R11 TELEFONE SISTEMA X LINHA SOBREPOR	UNITÁRIO O		200		
21	BARRA PARAFUSO ROSQUEADA 1/4 X 3 MTS BARRA PARAFUSO ROSQUEADA 1/4 X 3 MTS	UNITÁRIO O		100		
22	PLUG TOMADA FÊMEA 3 PINOS 10 A PLUG TOMADA FÊMEA 3 PINOS 10 A	UNITÁRIO O		200		
23	ABRAÇADEIRA NYLON 2 5X100MM ABRAÇADEIRA NYLON 2 5X100MM	UNITÁRIO O		400		
24	ABRAÇADEIRA NYLON 4,8 X 400MM ABRAÇADEIRA NYLON 4,8 X 400MM	UNITÁRIO O		400		
25	GRAMPO MIGUELÃO AÇO FIXA-			1000		

	FIO CABOCOAXIAL 6 MM GRAMPO MIGUELÃO AÇO FIXA-FIO CABO COAXIAL 6 MM	UNITÁRI O				
26	TERMINAL OLHAL 2,6 A 6,00 MM TERMINAL OLHAL 2,5 A 6,00 M	UNITÁRI O		200		
27	TERMINAIS TUBULAR 2,5 A 6,00 MM TERMINAIS TUBULAR 2,5 A 6,00 MM	UNITÁRI O		200		
28	CONECTOR DE DERIVAÇÃO CUNHA TIPO IV AZUL CONECTOR DE DERIVAÇÃO CUNHA TIPO IV AZUL	UNITÁRI O		100		
29	CONECTOR ELETRICO DERIVAÇÃO EMENDA FIOS 0,75A 6,00MM CONECTOR ELETRICO DERIVAÇÃO EMENDA FIOS 0,75A 6,00MM	UNITÁRI O		300		
30	DISJUNTOR BIPOLAR DIN 16 A DISJUNTOR BIPOLAR DIN 16 A	UNITÁRI O		20		
31	DISJUNTOR BIPOLAR DIN 32 A DISJUNTOR BIPOLAR DIN 32 A	UNITÁRI O		20		
32	DISJUNTOR BIPOLAR DIN PADRAO CEMIG 63 A DISJUNTOR BIPOLAR DIN PADRAO CEMIG 63 A	UNITÁRI O		10		
33	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 50 A DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 50 A	UNITÁRI O		10		
34	REGUA FILTRO DE LINHA 8 TOMADAS BIVOLT COM FUSIVEL REGUA FILTRO DE LINHA 8 TOMADAS BIVOLT COM FUSIVEL.	UNITÁRI O		50		
35	INTERFONE PORTEIRO ELETRÔNICO COM ACIONAMENTO DE FCHADURA 12V INTERFONE PORTEIRO ELETRÔNICO COM ACIONAMENTO DE	UNITÁRI O		05		

	FCHADURA 12V					
36	ALICATE UNIVERSAL 8 COM ISOLAMENTO 1000V ALICATE UNIVERSAL 8 COM ISOLAMENTO 1000V	UNITÁRIO		05		
37	FERRO DE SOLDA 100W 127 V FERRO DE SOLDA 120W 127 V	UNITÁRIO		03		
38	MULTIMETRO DIGITAL MODELO DT 9205A	UNITÁRIO		01		
39	CINTO PARAQUEDISTA ABDOMINAL 4 PONTOS COM TALABARTE DE POSICIONAMENTO POSSUI CINCO FIVELAS DUPLAS SEM PINO EM AÇO PARA REGULAGEM DE TAMANHO E FECHAMENTO. TAMANHO MÉDIO (CINTURA >70>95CM – PERNA>50>65CM), CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIÉSTER OU POLIAMIDA. A PARTE ABDOMINAL POSSUIR DUAS ARGOLAS EM AÇO PARA POSICIONAMENTO DE TRABALHO, LOCALIZADAS NAS LATERAIS.	UNITÁRIO		02		
40	CONECTOR DE REDE RJ45 CONECTOR PARA CABOS UTP / REDE DO TIPO RJ45, PADRÃO RPHS COMPLIANT, COMPATIBILIDADE COM CABOS SOLIDOS E FLEXIVEIS. FABRICADO EM MATERIAL TRANSPARENTE. PARA CABOS TIPO CAT.5E.	UNITÁRIO		1000		
41	CABO QUADRUPLEX 35 MM CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX 35MM ² - 0,6/1KV MEDIDA: 4 CABOS DE 35MM ² CADA (3 FASES ISOLADAS + 1 NEUTRO NU) COR: 3 PRETOS + 1 ALUMÍNIO; TENSÃO MÁXIMA: 1KV; TEMPERATURA MÁXIMA: 90°; COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO 1350 / PVC.	UNITÁRIO		300		
42	ELETRODUTO GALVANIZADO			200		

	3/4 RÍGIDOS DE AÇO, COM UMA LUVA EM BARRAS DE TRÊS METROS E PROTETOR DE ROSCA; - ACABAMENTO GALVANIZADO ELETROLÍTICO OU PRÉ-ZINCADO;INDICADO PARA AMBIENTES INTERNOS, 3 METROS .	UNITÁRIO O				
43	CONDULETE ALUMÍNIO MÚLTIPLO 3/4 ABRIGADA: UTILIZA-SE EM ÁREA COBERTA APARENTE. TIPO X5 FUIROS BITOLA: 20 MM - 3/4POL. DIMENSÕES: 93,0 X 51,0 X 41,0SEM TAMPA E TAMPÃO.	UNITÁRIO O		400		
44	LUVA DE EMENDA FLEXOR EM ALUMINIO SEM ROSCA 3/ 4 LUVA DE EMENDA EM ALUMÍNIO SEM ROSCA (UNIDUT RETO) E ACABAMENTO SEM PINTURA. POSSUIR ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E A CORROSÃO. ACOMPANHA PARAFUSOS PARA INSTALAÇÃO NO ELETRODUTO. LUVA DE EMENDA SEM ROSCA 3/4	UNITÁRIO O		400		
45	CONECTOR CONDULETE MÚLTIPLO 3/4 PRODUZIDO EM ALUMÍNIO, POSSUIR ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E A CORROSÃO. DEVE ACOMPANHAR PARAFUSO.	UNITÁRIO O		800		
46	TAMPÃO PARA CONDULETE MULTIPLO 3/4 O TAMPÃO É FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA QUALIDADE E FOI PROJETADO PARA SER USADO EM CONDULETES MÚLTIPLOS E NAS CAIXAS DE PISOS.	UNITÁRIO O		1000		
47	ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO DE TOMADAS EM ALUMINIO 110 V ETIQUETA PARA	UNITÁRIO O		500		

	IDENTIFICAÇÃO DE TOMADAS EM ALUMÍNIO 110V RESISTENTE E DURÁVEL COM VERSO AUTOADESIVO COM MARCAÇÃO DE 110V PRETA.					
48	TAMPA TOMADA REDONDA PARA CONDULETE 3/4 TAMPA PARA CONDULETE 3/4" PARA 1 TOMADA REDONDA, EM ALUMÍNIO 1 POSTO REDONDO PARA CONDULETE 3/4". FABRICADA EM ALUMÍNIO DE ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E A CORROSÃO, ACABAMENTO SEM PINTURA. FORNECIDA COM VEDAÇÃO E 2 PARAFUSOS. DIMENSÕES (MM): 93 X 51 X 3	UNITÁRIO		500		
49	TAMPA PARA CONDULETE 3/4" PARA 2 TOMADAS TAMPA PARA CONDULETE 3/4" PARA 2 POSTOS SEPARADOS MATERIAL: ALUMÍNIO ACABAMENTO: SEM PINTURA USO: CONDULETE DE 3/4" QUANTIDADE DE POSTOS: 2 SEPARADOS DIMENSÕES: (C X L X A): 93 MM X 51 MM X 5 MM	UNITÁRIO		500		
50	TAMPA CEGA PARA ELETRODUTO 3/4 ALUMINIO PRODUZIDO EM ALUMÍNIO, ACABAMENTO COM PINTURA, POSSUI ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E A CORROSÃO, ACOMPANHAM PARAFUSOS.	UNITÁRIO		100		
51	ABRAÇADEIRA TIPO D COM PARAFUSO 3/4" ABRAÇADEIRA TIPO D COM PARAFUSO FABRICADA EM AÇO CARBONO COM ACABAMENTO ZINCADO.	UNITÁRIO		800		
52	KIT PARAFUSO E BUCHA COM ANEL 8MM	UNITÁRIO		2000		
53	LÂMPADA LED E27 40W BULBO			300		

	BRANCO FRIO 6500K ALTA POTENCIA ECONÔMICA LÂMPADA LED E27 40W BULBO, CORPO PLÁSTICO, COR BRANCO FRIO, TENSÃO DE TRABALHO: AC 85-240V (BIVOLT). POTÊNCIA: 40W VIDA ÚTIL: 50.000 HORAS BASE: E27.	UNITÁRIO				
54	PLAFONIER COM BOCAL PORCELANA E27 100W BRANCO MODELO PLAFONIER COM BOCAL DE PORCELANA PARA 1 LÂMPADA COR BRANCA INSTALAÇÃO SOBREPOR BASE E27 TENSÃO 250V POTÊNCIA 100W. MATERIAL: PLÁSTICO.	UNITÁRIO		200		
55	GLOBO DE POLIETILENO LEITOSO 15X30 GLOBO DE PLÁSTICO POLIETILENO ESFÉRICO COM COLARINHO 15X30. DIAMETRO: 30 CM LARGURA DA BOCA: 15 CM MATERIAL: POLIETILENO.	UNITÁRIO		100		
56	CONECTOR PERFURANTE 35 A 120 MM CONECTOR PERFURANTE 35 A 120 MM	UNITÁRIO		100		
57	BASE COM ENCAIXE DE 15 CM P/ GLOBO EM POSTE DE 2 POLEGADAS BASE DE ALUMÍNIO PARA ENCAIXE EM TUBO DE POSTE DE 2" POLEGADAS. ACOMPANHA SOQUETE E27.	UNITÁRIO		50		
58	PADRÃO BIFASICO 7 METROS COM DISJUNTOR BIPOLAR 63 AMPERES PADRÃO BIFASICO 7 METROS COM DISJUNTOR BIPOLAR 63 AMPERES	UNITÁRIO		06		
59	CONDUITE ESPIRALADO HIPERFLEX 3/4 25 METROS O CONDUÍTE FLEXÍVEL	ROLO 25M		50		

	ESPIRALADO É FABRICADO NA COR PRETA E EMBORRACHADO, DE SEÇÃO CIRCULAR, COM CORRUGAÇÃO ESPIRALADA, EXCELENTE RAIO DE CURVATURA, IMPERMEÁVEL, DESTINADO À PROTEÇÃO DE CABOS SUBTERRÂNEOS DE ENERGIA OU DE TELECOMUNICAÇÃO. MATERIAL: PVC ANTICHAMA EMBORRACHADO. ELEVADA RESISTÊNCIA QUÍMICA E CONTRA A CORROSÃO.					
60	CONDUITE CORRUGADO 3/4 AMARELO 50 METROS ELETRODUTO FLEXIVEL NÃO METALICO TIPO: CONDUITE CORRUGADO MATERIAL:PVC COR: AMARELO. COMPRIMENTO: 50M INFORMACOES ADICIONAIS: ANTI-CHAMA.	ROLO 50M		50		
61	CAIXA DE LUZ EMBUTIR 4X4 FABRICADA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO COM SAÍDAS DE 1/2 E 3/4.	UNITÁRIO		200		
62	GLOBO ESFERICO LEITOSO 15X28 (VIDRO) GLOBO ESFERICO15X28 LEITOSO BRANCO GRANDE BOCAL DE 15 CM DIMENSÃO DO VIDRO LARGURA E ALTURA 28CM.	UNITÁRIO		50		
63	REFLETOR LED HOLOFOTE 200W IP66 BIVOLT FORTE REFLETOR LED HOLOFOTE 200W IP66 BRANCO FRIO BIVOLT DESCRIÇÃO-MODELO: IP66-ENTRADA: AC110-240V 50/60HZ-POTÊNCIA: 200W LÚMEN: 20000 LM COR: BRANCO FRIO. MAIOR EFICIÊNCIA LUMINOSA COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA.-MAIOR DURABILIDADE E BAIXA EMISSÃO DE CALOR.	UNITÁRIO		100		
64	REFLETOR LED HOLOFOTE			100		

	50W IP66 BIVOLT FORTE REFLETOR LED HOLOFOTE 50W SLIM BRANCO FRIO BIVOLT RESISTENTE A ÁGUA MATERIAL: ALUMÍNIO E VIDRO; VIDA ÚTIL ESTIMADA DE ATÉ 25.000 HORAS; LUMINOSIDADE: 4000 LÚMENS; PROTEÇÃO: IP66 – POTÊNCIA: 50W; TEMPERATURA DE COR: 6500K.	UNITÁRIO O				
65	REFLETOR LED HOLOFOTE 30W IP66 BIVOLT FORTE REFLETOR LED HOLOFOTE 30W SLIM BRANCO FRIO BIVOLT RESISTENTE A ÁGUA. POTÊNCIA: 30W - TEMPERATURA DE COR: BRANCO FRIO - TEMP. COR: 6500K; MATERIAL: ALUMÍNIO E VIDRO; VIDA ÚTIL NOMINAL : 25.000 HORAS - LUMINOSIDADE: APROXIMADAMENTE 2400 LÚMENS; PROTEÇÃO: IP66.	UNITÁRIO O		100		
66	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO 400W REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO 400W	UNITÁRIO O		50		
67	LÂMPADAS MÉRCURIO 400W E40 LÂMPADAS MÉRCURIO 400W E40	UNITÁRIO O		100		
68	CABO FLEXÍVEL 1X10MM CONDUTOR EM COBRE, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4; ISOLAÇÃO COMPOSTO EM TERMOPLÁSTICO À BASE DE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC 70°C) ANTI-CHAMAS TENSÃO: 750V.	METRO		1000		
69	CABO FLEXÍVEL 1X6,0MM CABO FLEXÍVEL 750V 6,00MM, FIOS DE COBRE ELETROLÉTICO, SEÇÃO	METRO		1000		

	CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO À BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C.					
70	CABO FLEXÍVEL 1X 4MM CONDUTOR EM COBRE, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 4 ISOLAÇÃO COMPOSTO EM TERMOPLÁSTICO À BASE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC 70°C) ANTI-CHAMAS. TENSÃO: 750V SESSÃO NOMINAL: 4MM NÃO PROPAGA CHAMAS.	METRO		1000		
71	CABO FLEXÍVEL 1X 2,5MM CABO FLEXÍVEL 750V 2,5MM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SECÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO À BASE DE COMPOSTO DE PVC, SEM CHUMBO, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C. CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V.	METRO		1000		
72	CABO FLEXÍVEL 1X 1,5MM CABO ELETRICO COBRE 1 X 1,5MM : FIOS DE COBRE, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC), PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750V, NÃO PROPAGA CHAMAS, ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA TEMPERATURA MÁXIMA DE 70C°.	METRO		1000		
73	CABO TRIPLEX X	METRO		500		

	16MM CABOS DE POTÊNCIA MULTIPLEXADOS AUTOSSUSTENTADOS COM ISOLAÇÃO SÓLIDA EXTRUDADA DE POLIETILENO TERMOPLÁSTICO OU TERMOFIXO (XLPE) PARA TENSÕES ATÉ 0,6/1 KV. RESISTÊNCIA À TRAÇÃO: 105-120 MPA TEMPERATURA MÁXIMA EM REGIME PERMANENTE: 70°C TEMPERATURA MÁXIMA EM SOBRECARGA: 90°C					
74	CABO FLEXIVEL PP 3X 10MM CABO PP 3 X 10MM PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 500 V, FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 5 (FLEXÍVEL), AS VEIAS SÃO ISOLADAS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC).	METRO		200		
75	CABO FLEXIVEL PP 4X2,5MM CABO PP 4X2,5MM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, SEÇÃO CIRCULAR, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5 DE ENCORDOAMENTO (NBR NM 280), ISOLAMENTO DAS VEIAS À BASE DE PVC, SEM CHUMBO ANTI-CHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C E PARA COBERTURA EXTERNA PVC.	METRO		200		
76	CABO FLEXIVEL PP 2X 4,00MM O CABO FIO PP 2 X 4,0 MM 550 V POSSUI GRANDE FLEXIBILIDADE E EXCELENTE RESISTÊNCIA A SUA MOVIMENTAÇÃO. CONTÉM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5 DE	METRO		300		

	ENCORDOAMENTO COMPOSTO TERMOPLÁSTICO A BASE DE CLORETO DE POLIVINILA PVC, 70°C ANTICHAMA.					
77	CABO FLEXIVEL PP 2X 2,5 MM CABO PP 2 X 2,5 MM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5 DE ENCORDOAMENTO (EXTRAFLEXÍVEL). ISOLADO EM: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO PVC; CLASSE TÉRMICA 70°C; TENSÃO DE ISOLAÇÃO: 300/500 V.	METRO		500		
78	CABO FLEXIVEL PP 2X 1,5 MM CABO PP FLEXÍVEL 2 X 1,5MM. FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5 DE ENCORDOAMENTO (EXTRAFLEXÍVEL).ISOLADO EM: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC). CLASSE TÉRMICA: 70°C.	METRO		500		
79	CABO ALTA TEMPERATURA SILICONE FIBRA 1,5 MM CABO PARA ALTA TEMPERATURA / HÍBRIDO FIBRA SILICONADO COM DIÂMETRO DE 1,5 MM;TEMPERATURA 400 GRAUS FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO ESTANHADO + AÇO INOX. ISOLAÇÃO: BORRACHA DE SILICONE RETICULADA PARA 400°C.	METRO		100		
80	RÉGUA DE TOMADA PARA RACK 19 REGUA DE TOMADAS PARA RACK PADRÃO 19 COM FUSÍVEL DE PROTEÇÃO ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS BIVOLT TENSÃO DE	UNITÁRIO		20		

	ALIMENTAÇÃO/POTÊNCIA: 127V/1270W E 220V/2200W COMPRIMENTO TOTAL DO CABO – 1,5 METROS 1POSSUI 12 TOMADAS TRIPOLARES CORRENTE MÁXIMA – 10 TENSÃO MÁXIMA - 250V					
81	TOMADAS DUPLAS 2P+T 10 A SISTEMA X TOMADA SISTEMA X 2 TOMADAS 2P+T 10 A; MATERIAL: PLÁSTICO ISOLANTE COM CONTATOS DE METAL; TENSÃO: 250V; AMPERAGEM: 10A.	UNITÁRIO O		200		
82	CONJUNTO TOMADAS 2P+ T 10 A 4X2 CONJUNTO 4X2 TOMADA 2P+T CORRENTE DE 10A TENSÃO DE 250V, PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO; ACOMPANHA PARAFUSOS.	UNITÁRIO O		200		
83	CONJUNTO TOMADAS 2P+ T 20A 4X2 CONJUNTO 4X2 TOMADA 2P+T CORRENTE DE 20 A, TENSÃO DE 250V, PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO ACOMPANHA PARAFUSOS.	UNITÁRIO O		100		
84	CONJUNTO TOMADAS DUPLAS 2P+ T 10A 4X2 CONJUNTO 4X2 COM 2 TOMADAS 2P+T 10 A, 250 V. PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO.	UNITÁRIO O		300		
85	TOMADA COM 1 INTERRUPTOR E TOMADA 2P+ 10A 4X2 COM PLACA PLACA COM INTERRUPTOR SIMPLES;TOMADA 10A/250V; 2 POLOS + TERRA. COMPOSIÇÃO: MATERIAL PLÁSTICO ISOLANTE E LIGAS METÁLICAS.	UNITÁRIO O		300		
86	TOMADA COM 2 INTERRUPTORES E TOMADA 2P+ 10A 4X2	UNITÁRIO O		200		

	CONJUNTO COM DOIS INTERRUPTORES 10A, MAIS UMA TOMADA 2P+T 10 A. TENSÃO MÁXIMA: 250V. TOMADA 2 POLOS + TERRA. PLACA 4X2. MATERIAL: TERMOPLÁSTICO. COR: BRANCO.					
87	INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA 10A 4X2 COM PLACA CONJUNTO 4X2 COM 1 INTERRUPTOR SIMPLES, 10 A 250 V. TIPO: INTERRUPTOR SIMPLES; CORRENTE: 10A / 250V, PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO.	UNITÁRIO O		200		
88	INTERRUPTOR SIMPLES 2 TECLA 10A 4X2 COM PLACA CONJUNTO 4X2 COM 2 INTERRUPTOR SIMPLES 10 A 250 V TIPO: INTERRUPTOR DUPLO SIMPLES CORRENTE: 10A / 250V, PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO.	UNITÁRIO O		100		
89	INTERRUPTOR SIMPLES 3 TECLA 10A 4X2 COM PLACA CONJUNTO COM 3 INTERRUPTORES SIMPLES DE 10 AMPERES APLICÁVEL EM REDES DE ATÉ 250 VOLTS E PLACA 4X2. PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO BRANCO.	UNITÁRIO O		100		
90	CANALETAS COMUM COM FITA 2 X 200 CM BRANCA CANALETA COM FITA DUPLA FACE 2CM X 1CM X 200CM EM PVC BRANCO.			300		
91	TOMADAS INDUSTRIAL 113 SOBREPOR 2P= T 16A TOMADA INDUSTRIAL NAO METALICA TIPO: SOBREPOR; MATERIAL: POLIAMIDA; TIPO CONTATOS: FEMEA; NUMERO POLOS: 2 POLOS + TERRA; CORRENTE NOMINAL: 16 A; TENSÃO NOMINAL: 220/240 V; POSICAO PINO TERRA: 6H.	UNITÁRIO O		100		
92	PLUG MACHO INDUSTRIAL 113 2 P= T 16 A	UNITÁRIO O		200		

	PLUG ENERGIA INDUSTRIAL; CONEXAO: MACHO MATERIAL: COMPOSTO TERMOPLASTICO; NUMERO POLOS: 2 POLOS + TERRA; CORRENTE NOMINAL: 16A TENSAO NOMINAL: 200-240V.					
93	PLUG FÊMEA INDUSTRIAL 113 2 P= T 16 A PLUG ENERGIA INDUSTRIAL TIPO: MOVEL (ACOPLAMENTO) CONEXAO: FEMEA; MATERIAL: TERMOPLASTICO; NUMERO POLOS: 2 POLOS+TERRA; CORRENTE NOMINAL: 16 A; TENSAO NOMINAL: 200-240V; POSICAO PINO TERRA : 6H.	UNITÁRI O		100		
94	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 19MMX 10 MTS FITA ELÉTRICA DE ALTA TEN- SÃO ANTI-CHAMA, E APRE- SENTA CLASSE DE TEMPE- RATURA DE 90° C. COMPOSI- ÇÃO: FITA A BASE DE BOR- RACHA DE ETILENO PROPI- LENO (ERP) FORMULADA PARA AUTOFUSÃO NO MO- MENTO DA APLICAÇÃO COR: PRETA.	UNITÁRI O		100		
95	FITA ISOLANTE 19 MMX 20 MTS FITA ISOLANTE PVC ANTI- CHAMAS COM ADESIVO SEN- SÍVEL À PRESSÃO. USO GE- RAL EM CABOS E FIOS ELÉ- TRICOS ATÉ 750V COR: PRETA; LARGURA: 19MM ESPESSURA: 0,13MM COMPRIMENTO DO ROLO: 20M; PRODUTO DE PVC AUTO-EXTINGUÍVEL À CHAMAS.	UNITÁRI O		100		
96	FITA ISOLANTE AMARELA 18 MM X 10 MTS A FITA ISOLANTE, TENDO COMO MATÉRIA PRIMA O PVC COM ADESIVO SENSÍVEL À PRESSÃO E COM EXCELENTES	UNITÁRI O		20		

	<p>PROPRIEDADES DE ISOLAMENTO ELÉTRICO, SUPTANDO O CALOR. ADEQUADA PARA A PROTEÇÃO DE EMENDAS DE CABOS E TERMINAÇÕES DE BAIXA TENSÃO E ISOLAMENTO DE LIGAÇÕES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS EM GERAL. COR: AMARELO RESISTE A RAIOS UV, TENSÃO DE ATÉ 750V E TEMPERATURAS ATÉ 90°C. LARGURA: 18 MM COMPRIMENTO: 10M.</p>					
97	<p>FITA ISOLANTE VERMELHA 18 MM X 10 MTS</p> <p>FITA ISOLANTE DE PVC COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA; FITA ANTICHAMA COM A CAPACIDADE DE SUPTAR ATÉ 750V E 90 GRAUS CELSIUS. COR DA FITA ISOLANTE: VERMELHO; LARGURA: 18 MM COMPRIMENTO: 10M.</p>	UNITÁRIO		20		
98	<p>FITA ISOLANTE BRANCA 18 MM X 10 MTS</p> <p>FITA ISOLANTE TENDO COMO MATÉRIA-PRIMA PVC COM ADESIVO SENSÍVEL À PRESSÃO E COM EXCELENTES PROPRIEDADES DE ISOLAMENTO ELÉTRICO, SUPTANDO O CALOR; COR: BRANCA; APLICAÇÃO: ATE 750 V; 90 GRAUS CELSIUS LARGURA: 18 MM COMPRIMENTO: 10M.</p>	UNITÁRIO		20		
99	<p>FITA ISOLANTE AZUL 18 MM X 10 MTS</p> <p>FITA ISOLANTE TENDO COMO MATÉRIA-PRIMA PVC, COM ADESIVO SENSÍVEL À PRESSÃO E COM EXCELENTES PROPRIEDADES DE ISOLAMENTO ELÉTRICO, SUPTANDO O CALOR. COR: AZUL APLICAÇÃO: ATE 750 V / 90 GRAUS</p>	UNITÁRIO		20		

	CELSIUS;LARGURA: 18 MM; COMPRIMENTO: 10M.					
100	FITA ISOLANTE VERDE 18 MM X 10 MTS FITA ISOLANTE TENDO COMO MATÉRIA-PRIMA PVC, COM ADESIVO SENSÍVEL À PRESSÃO E COM EXCELENTES PROPRIEDADES DE ISOLAMENTO ELÉTRICO, SUPORTANDO O CALOR. COR: VERDE APLICAÇÃO: ATE 750 V, 90 GRAUS CELSIUS LARGURA: 18 MM COMPRIMENTO: 10M.	UNITÁRIO		20		
101	PARAFUSO LENTILHA TRAVA COM PORCA E ARRUELA 1/4 X 1/2 PARAFUSO LENTILHA TRAVA, DIÂMETRO X COMPRIMENTO: 1/4X 1/2. MATERIAL: AÇO CARBONO. ACABAMENTO: ZINCADO BRANCO ACOMPANHA PORCA E ARRUELA ZINCADA.	UNITÁRIO		1000		
102	CABO CCI 3 PARES 0,50 MM CABO CCI 3 PARES 0.50MM; CONDUTOR: COBRE ESTANHADO; ISOLAÇÃO: POLIETILENO; COBERTURA:COMPOSTO TERMOPLÁSTICO À BASE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC70°C) ANTICHAMA; BITOLA:0,50MM; NÚMERO DE PARES: 3	METRO		200		
103	CABO COAXIAL 4 MM BIPOLAR 80% COBRE CABO COAXIAL 4MM; CONDUTORES DE ALIMENTAÇÃO: COBRE NU, 26AWG, ISOLAÇÃO NÚCLEO: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, BLINDAGEM DA MALHA: COBRE NU, 80% DE COBERTURA, ISOLAÇÃO ALIMENTAÇÃO: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COBERTURA: COMPOSTO PVC 70°C.	METRO		200		
104	PLUG TOMADA MACHO 3 PINOS	UNITÁRIO		200		

	10 A PLUG TOMADA MACHO 3 PINOS 10 A					
105	ABRAÇADEIRA NYLON 2,5X200MM ABRAÇADEIRA NYLON 2,5 X200MM	UNITÁRIO		400		
106	CONECTOR TORÇÃO EMENDA PARA FIOS CABO 1,5 A 6,0 MM CONECTOR TORÇÃO PARA EMENDA DE FIO 1,5MM A 6,0 MM. SUPORTA ATÉ 105°C DE CALOR, TENSÃO NOMINAL 750V.	UNITÁRIO		300		
107	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 20 A DISJUNTOR DIN UNIPOLAR 20 A QUANTIDADE DE POLOS: 1 TENSÃO MÁXIMA DE SERVIÇO: 415V; CORRENTES NOMINAIS: 32-63-100 A; AMPERE: 20; FREQUÊNCIA: 50/60HZ.	UNITÁRIO		20		
108	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN PADRÃO CEMIG 40 A DISJUNTOR UNIPOLAR DIN PADRÃO CEMIG 40 A	UNITÁRIO		20		
109	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN PADRAO CEMIG 100 A DISJUNTOR TRIPOLAR DIN PADRAO CEMIG 100 A	UNITÁRIO		10		
110	ESCADA DE FIBRA EXTECÍVEL 6,60 METROS FECHADA X 12,00 METROS ABERTA ESCADA DE FIBRA DE VIDRO 30 DEGRAUS 6,60 X 12,00M FAIXAS DE SEGURANÇA NAS LATERAIS EM AMARELO E PRETO, DANDO PARA A ESCADA MAIOR SEGURANÇA NO MANUSEIO. CATRACAS E MOITÕES PARA LANÇAMENTOS E RECUO AUTOMÁTICOS.SAPATAS DE BORRACHA E ANTIDERRAPANTE. CINTAS DE APOIO PARA POSTE. ARROELAS DE REFORÇO ESTRUTURAL EM TODOS OS DEGRAUS. ALTURA MÍNIMA:	UNITÁRIO		01		

	6,60 METROS. ALTURA MÁXIMA ESTENDIDA: 12,00 METROS. OS DEGRAUS DAS ESCADAS SÃO FABRICADOS EM ALUMÍNIO COM ESPESSURA E FORMATOS DESENVOLVIDOS PARA PROPORCIONAR ALTA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, FORMATO EM D PARA MAIOR CONFORTO AO USUARIO.					
111	PADRAO MONOFASICO 7 MM COM DISJUNTOR MONOPOLAR DE 40 AMPERES A FAVOR PADRAO MONOFASICO 7 MM COM DISJUNTOR MONOPOLAR DE 40 AMPERES A FAVOR.	UNITÁRIO		06		
112	PADRAO MONOFASICO 7 MM COM DISJUNTOR MONOPOLAR DE 40 AMPERES CONTRA PADRAO MONOFASICO 7 MM COM DISJUNTOR MONOPOLAR DE 40 AMPERES CONTRA.	UNITÁRIO		06		
113	CURVA LONGA DE 1 1/4" COM 90 GRAUS DE FERRO CURVA LONGA EM FERRO PARA CORRIMÃO DIAMETRO DE 1 1/4 MATERIAL REFORÇADO.	UNITÁRIO		200		
114	PARAFUSO PHILLIPS AUTO BROCANTE 4,2 X 32 PARAFUSO AUTO BROCANTE PHILIPS, MATERIAL: AÇO MÉDIO CARBONO, ACABAMENTO: ZINCADO BRANCO, DIÂMETRO X COMPRIMENTO: 4.2MM X 32MM.	UNITÁRIO		500		
115	CORDÃO PARALELO 2X 2,5 MM CORDÃO PARALELO 2 X 2,5 MM	UNITÁRIO		300		
116	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 70 A DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 70 A	UNITÁRIO		20		
117	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 25 A DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 25 A	UNITÁRIO		10		

Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso):

(no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da data limite prevista para entrega das propostas.

PRAZO DE ENTREGA: 07 (sete) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO:

(garantia de no mínimo ____ (____) meses, que começará a correr ao término da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, adotando-se, para tanto, como termo inicial a partir da data de entrega do produto;)

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____

ANEXO IV

**AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023**

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21 acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
().

.....

(data)

.....

(representante legal)

**ANEXO V
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____
PREGÃO Nº 022/2023
PROCESSO Nº 057/2023**

VALIDADE: 12 meses, permitida a prorrogação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso; (art. 84 da Lei 14.133/21)

Aos ____ () dias do mês de _____ de _____, na sala de licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua _____, nº. _____, centro, nesta cidade, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. _____, nos termos do art. 82 da Lei Federal 14.133/21, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2023, TIPO MENOR PREÇO, por deliberação do pregoeiro oficial e equipe de apoio, e por ele homologada conforme Processo nº 057/2023 RESOLVE registrar os preços para os fornecimentos constantes nos anexos desta ata, beneficiário _____, localizado na rua _____, nº _____ no bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, cujo CNPJ é _____, neste ato representado por _____, conforme quadro abaixo:

LOT E	ITE M	DESCRIÇ ÃO DO ITEM	UNI DA DE	QUANTIDADE/ VALOR							
				Órgão gerenciador			Limite por adesão para órgão não participante		Limite de adesões permitidas		
				QUANT	R\$	R\$ TOTA L	QUANT	R\$	QUANT	R\$	
							(poderá ser no máximo de 50% do quantitativo previsto na ata aderida a rigor do art. 86, § 4º da Lei 14.133/21			(poderá ser de no máximo, o dobro do quantitativo de cada item, conforme art 86, § 5º da Lei 14.133/21	

III. A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento no prazo e condições descritas no Anexo **Anexo I** – Termo de Referência, conforme Nota Fiscal.

IV. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à beneficiária/detentora da ata de registro de preços manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade;

VI. O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento dos produtos, de modo a constituírem a única e total contraprestação;

VII. O Município poderá sustar o pagamento a que a detentora da Ata tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes do fornecimento dos produtos.

VIII - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

07 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

I - As detentoras da presente Ata de Registro de Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

II - Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, imediatamente, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

III - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

IV - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

V - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

- VI** - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.
- VII** - As empresas detentoras da presente ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo e supressão de até vinte e cinco por cento nas quantidades estimadas.
- VIII** – Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.
- IX** - Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.

08 - DAS PENALIDADES

8. 1 Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º do Decreto Municipal de n. 1.665/2023, quais sejam:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;
- XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XX – manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.

XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

XXV - deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em

relação aos contratos.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

09 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor da ata será reajustado mediante iniciativa da interessada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

9.2. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC, conforme publicação do IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

9.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

10 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 140 II, a e b da Lei Federal 14.133/21 e demais normas pertinentes.

II – A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 140 II, a e b da Lei Federal 14.133/21.

11 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

A – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B – a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C – a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

*no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município,

considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 117, § 2º I a IV da Lei 14.133/21.

A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

II – Ocorrendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, é **facultado à administração:**

- a) **convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para negociação do valor;**
- b) **sendo o valor negociado igual ou inferior ao orçamento atualizado, abrir o envelope de habilitação da licitante em sessão pública, momento em que os documentos inicialmente apresentados poderão ser atualizados;**
- c) **assinar nova ARP, estando a licitante habilitada."**

12 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

I - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelas Secretarias requisitantes.

13- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº 020/2023** e as propostas das empresas classificadas no certame supra-numerado.

13.2. - Fica eleito o foro da Comarca de Paraopeba/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13.3. - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/21 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Cordisburgo/MG, ___ de _____ de _____

Prefeito Municipal de

ANEXO VI

**AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023**

MINUTA DO CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE** _____, CNPJ Nº....., com sede na _____, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Maurício Gomes e a _____, CNPJ Nº....., com sede na _____ a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, resolvem firmar o presente contrato para fornecimento de _____, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 057/2023, na modalidade Pregão Eletrônico nº 020/2023, sob a regência da Lei Federal de nº 14.133/21 e o Decreto Municipal n. 1.671/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. - Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme Anexo I do presente certame. conforme abaixo especificado:

ITEM	UNID	QUANT	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UNID				

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1.- O contratante pagará ao contratado, valor total estimado de R\$ _____

2.2. – O valor a ser pago, será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pelo Contratado.

2.3. - O pagamento será realizado mensalmente, até o ____ (_____) dia útil do mês seguinte àquele em que foi efetuado o fornecimento, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas.

2.4 - O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo ao contratado manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.5.- Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência

contratual.

2.6 - O preço referido no item 2.1, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento do produto, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.

2.7 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

2.8 - O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.9 - Os pagamentos efetuados à **CONTRATADA** não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

2.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

3.1. Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor do contrato será reajustado mediante iniciativa da interessada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

3.2. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC, conforme publicação do IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

3.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. – Os produtos serão entregues nos locais especificados na Autorização de Fornecimento mediante apresentação de requisição emitida pelo setor de compras.

4.2- Por motivo de força maior, a entrega poderá ser realizada, mediante autorização e aviso prévio, em outro local.

4.3. - O recebimento dos produtos, será efetuado pelos setores requisitantes, após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação, obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem defeitos ou incorreções.

4.4. - O setor competente para fiscalizar o objeto contratado será as Secretarias Municipais de _____ observados os artigos 117 e seguintes da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal de n. 1.639/2023, sendo designado para a fiscalização do presente instrumento o (a) Sr. (a) _____.

4.5. - Na ocorrência de atrasos na entrega, o **CONTRATANTE** poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. - São obrigações das partes:

I – DO CONTRATANTE:

a) Notificar a **CONTRATADA** através da Secretaria Municipal de _____, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento dos produtos.

b) Expedir, através da Secretaria Municipal de _____, atestado de inspeção do fornecimento, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e do pagamento devido.

c) Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias;

d) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato;

II – DA CONTRATADA:

a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do produto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

b) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos.

- c) Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.
- d) Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.
- e) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.
- f) Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.
- g) Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.
- h) É vedada subcontratação de pessoas física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- i) A contratada deve, sempre que solicitado, apresentar extrato de FGTS dos empregados.
- j) A contratada está obrigada a viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- j) A contratada é obrigada a viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- k) A contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização;
- l) A contratada deve, sempre que solicitado, apresentar extrato de FGTS dos empregados;

CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas dotações orçamentárias nº _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. - O prazo de vigência deste contrato será até ____/____/_____, contado da data de sua assinatura.

7.2. - A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. - A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9. 1 Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º do Decreto Municipal de n. 1.665/2023, quais sejam:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;

- XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- XX – manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.
- XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- XXV - deixar de repor funcionários faltosos;
- XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:
- registro de ponto;
 - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - comprovante de depósito do FGTS;
 - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
 - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
 - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.
- XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- XXX - induzir a administração em erro;
- XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- XXXIV – apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;
- XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela

administração;

XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
- b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

9.3. Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1. - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município, que é o quadro de avisos afixado no hall da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. - Fica eleito o foro da comarca de Paraopeba/MG para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

_____, ____ de _____ de

MUNICÍPIO DE _____

CONTRATADA

Testemunhas: _____
CPF nº: _____

CPF nº _____

ANEXO VII

**AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº020/2023**

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

.....
(data)

.....
(representante legal)

ANEXO VIII

**AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023**

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
PARA A REABILITAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

.....
(data)

.....
(representante legal)

ANEXO IX

**AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023**

DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA para todos os efeitos legais, que, no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

.....

(data)

.....

(representante legal)